

Eixo Temático: Informação e Comunicação

LGPD nas Instituições Públicas no Brasil: uma análise de artigos no Periódicos da CAPES/CAFe que retratam a LGPD nas Instituições Públicas com às possíveis mudanças e desafios expostos

LGPD in Public Institutions in Brazil: an analysis of articles in the CAPES/CAFe Journals that portray the LGPD in Public Institutions with the possible changes and challenges exposed

Agenor José Ferreira Neto¹
Abimael Magno do Ouro Filho²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar a quantidade de artigos relacionados a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), publicados no Periódico CAPES/CAFe entre 2018 e agosto de 2024, considerando publicações vinculadas a empresas, organizações ou instituições públicas. À metodologia utilizada foi a revisão sistemática integrativa. Nessa perspectiva a utilização se deu pela procura de artigos no periódico da CAPES/CAFe, utilizando-se descritores relacionado ao tema, foi visualizado uma quantidade relativa de artigos existente no periódico, mas ao utilizar os filtros disponíveis, apenas 6 artigos correspondiam ao propósito deste trabalho. Os principais resultados encontrados são relevantes, visto que, existe uma grande variação nos aspectos de como às pesquisas sobre à temática da LGPD é abordada no campo do conhecimento científico, e além do mais, outro ponto a se destacar é a utilização variada de métodos para se realizar os trabalhos sobre a LGPD, verificou que tais ações proporcionaram valor científico agregado tanto ao conteúdo abordado, como também para a sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Lei Geral de Proteção de Dados; LGPD; Instituições de Públicas; Revisão Integrativa; Privacidade.

ABSTRACT

This study aims to examine the number of articles related to the General Data Protection Law (LGPD) published in the CAPES/CAFe Periodical between 2018 and August 2024, focusing on publications associated with companies, organizations, or public institutions. The methodology employed was an integrative systematic review. Articles were searched within the CAPES/CAFe database using descriptors related to the topic. Although a considerable number of articles were initially identified, applying the available filters reduced the sample to six articles that aligned with the purpose of this study. The key findings are noteworthy, as they reveal significant variation in how research on the LGPD is approached within the

¹ Bacharel em Secretariado Executivo. Atualmente é Escriturário na Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe. E-mail: fagenorjos@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1722-3542>.

² Doutor em Administração pela UFBA. Docente no Departamento de Secretariado Executivo na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: abimaelmagno@academico.ufs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1308-9297>.

scientific field. Moreover, the studies demonstrate a diverse use of methods to address the LGPD, adding scientific value to both the content explored and its implications for Brazilian society.

Keywords: General Data Protection Law; LGPD; PublicInstitutions; Integrative Review; Privacy.

1 INTRODUÇÃO

Com a entrada da (Lei 13.709/2018) Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil em 2018, foi um marco histórico e representativo ao se tratar sobre às práticas nos tratamentos de dados e informações no mundo corporativo e institucional. Marini e Colvara (2024), compreendem que o fluxo de informação de dados pessoais, se expande rapidamente, com isso, traz uma preocupação diante a exposição ou o fim da privacidade, afetando à vida cotidiana dos indivíduos.

No contexto atual, destaca-se as necessidades em resolver os problemas quanto ao fluxo de informação acelerada, que propicie a exposição indevida dos dados e informações das pessoas que se encontram na sociedade. E o se tratar de fluxo de informação, o autor Facuri (2024), entende que os problemas relacionados a está temática são às crescentes demandas dos setores empresariais, que contém plataformas e tecnologias da informação, gerando consequentemente o fluxo/rotação de informação.

Com isto, à proposta desta pesquisa, visa explorar a questão do desenvolvimento de artigos sobre a LGPD, com o foco central desses artigos voltados às instituições públicas no Brasil. O direito à privacidade atualmente está em pauta nas organizações e instituições de todo o País, com isto a autora Diniz (2024), afirma que o direito à liberdade, à imagem, à privacidade e entre outros, são direitos absolutos, irrenunciáveis e impenhoráveis. Sendo assim, é fundamental que essas instituições tome a frente e façam jus ao expor manuais e implantar a nova legislação dentro dessas instituições.

Ao demonstrar à importância desta proposta, é essencial a revisão na literatura relacionada a LGPD, em conformidade legal verificasse à eficácia da implementação da nova legislação que veio para mudar a coleta, armazenamento e exclusão de dados e informações no ambiente institucional e empresarial.

O objetivo desta pesquisa, é analisar a temática, sendo que nesta temática existe às suas variações conceituais, metodológicas, seus achados mais relevantes e sua instituição vinculada. Além do mais, propõem-se observar as possíveis modificações existente por conta da implementação da legislação. Outro critério chave é que tais artigos precisam estar na plataforma digital do periódico da CAPES, visto que, somente será neste site/plataforma que será realizada toda a coleta de dados e informações para este estudo se torne relevante.

Levasse em conta, que esta pesquisa seja pertinente ao colaborar com o avanço tecnológico, e principalmente ao propor a disseminação do conteúdo da LGPD em um dos periódicos mais importantes do Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Lei geral de proteção de dados no Brasil

No Brasil, com a entrada da Lei 13.709/2018 em vigor, houve a necessidade de 24 meses para uma adaptação mais concreta dentro das organizações. Com isto, a LGPD se encontra em atuação nas empresas, organizações e instituições de direito privado e público, demonstrando total relevância na indispensabilidade em conhecer/saber os direitos e deveres garantidos por partes dessas conjunturas empresarial e a sociedade civil. A autora Melo (2022), direciona a aplicação da legislação nas empresas/organizações, valendo-se frisar, às coletas de dados e informações, e a necessidade de condutas éticas por partes dos profissionais da instituição ou empresa em qual se encontra.

Ao se falar sobre LGPD destaca-se 3 palavras, mas com uma grande relevância na atuação da legislação para a sociedade, sendo elas, proteção de dados, privacidade e informação. Com a aplicabilidade da nova Lei, observasse os impactos com relação ao consentimento das pessoas com o compartilhamento de seus dados pessoais em sociedade. E para Luiz, Maia e Magalhães (2023), compreendem que existe a importância em avaliar cautelosamente as bases legais em quem administra as atividades de tratamento de dados pessoais, observando todos os requisitos aplicáveis, para que haja o respeito aos direitos dos titulares dos dados envolvidos.

Para Silva (2021), interpreta que a proteção de dados é um avanço recorrente à privacidade, pois, há necessidades de mudanças nos comportamentos dos indivíduos que se encontram na sociedade. Além do mais, ao se retratar em privacidade, Siebra e Xavier (2020), ressaltam que à privacidade está ligada ao controle da informação, referindo-se ao indivíduo ou empresa/instituição, controlar e poder decidir quem pode, para onde e qual tratamento e finalidade essas informações estão sendo coletadas.

Para Caixeta (2023), compreende que à privacidade é o direito intrínseco que a pessoa necessita preservar. Com isto, os indivíduos que se encontram em sociedade, precisam ter a ciência da importância em cuidar e saber para onde e quem está captando seus dados/informações, visando a sua proteção e cuidado para que outros indivíduos e organizações não façam mal uso ou proveito indevido dessas informações.

Para Sá e Vital (2024), os autores constatarem que a informação está presente em todas as atividades de uma organização/instituição, sendo ela a matéria-prima para a realização dos serviços, bem como, as tomadas de decisões do rumo da empresa. Com esta ideia, observasse que quando às informações são usadas para a realização dos serviços, às organizações tende-se a ter sua missão e seus objetivos alcançados.

Os autores Beltramini e Gunther (2021), compreende que a inclusão da LGPD no Brasil, fez favorecer a criação de pilares que direcionem à proteção de dados/informações dentro das organizações/instituições. Tendo em vista, essa construção faz surgir elementos de disciplina que orientem às instituições em seus serviços no que tange os dados e informações que estão em seu domínio.

Na próxima seção, serão abordados pontos centrais sobre às instituições públicas no Brasil. Serão discutidos elementos de relevâncias que codificam essas instituições no país, visando um olhar central e até onde a LGPD influência este ambiente organizacional.

2.2 Às Instituições Públicas no Brasil

Para Costa (2002), compreende que a partir das políticas públicas, a sociedade tem encontrado fortalecimento nos serviços prestados por essas instituições. Visando os benefícios voltado para às pessoas em sociedade, reconhecendo os desdobramentos e a luta

pelo direito da cidadania. Qualquer instituição que trabalhe nesse viés, estará tratando em serviços público.

Para os autores Oliveira-Costa, Fernandes e Vasconcelos (2022), afirma que às instituições precisam se relacionar/manter uma ligação direta com as pessoas. Que neste caso, poderiam ser visitantes, clientes e fornecedores, visando sempre um esclarecimento dos dados e informações no que tange às coletas realizadas dentro dessas instituições.

Soto (2020), compreende que ao solicitar dados e informações de algum titular, é necessário que as empresa/organizações, bem como, às instituições privadas ou públicas, indiquem a real finalidade da coleta, motivos e como será o uso desses dados e informações independente de quem seja o titular. Pode-se observar que a inclusão da LGPD, amplia os rumos e adequações para as finalidades no tratamento de dados e informações dentro das instituições no Brasil.

Nas coletas de dados e informações nas instituições, os autores Faustino e Gonçalves (2024), compreendem que na política da privacidade, deve-se deixar o mais claro/direto para que os seus titularas não fiquem com dúvidas. Deste modo, ressalta-se ainda além do compartilhamento/troca de dados e informações na instituição, quem pode ter acesso a esses dados nesse ambiente institucional.

E é nestas instituições que existem/permanecem uma vasta concentração de coleta, armazenamento e descarte de dados e informações dos integrantes da instituição. Com isso, Stelzer *et al.* (2023), entende-se que diante dos avanços tecnológicos, um dos desafios é a adequação da LGPD neste ambiente, e ainda ressaltam, que existe a necessidade de conscientização dos profissionais envolvidos na instituição em qual estar alocado.

Os mesmos autores retratam que a LGPD cria regras e disciplinas, quando aplicadas nas instituições, (privadas ou públicas), pois ao se tratar dados e informações que existem ao seu poder. Além do mais, é aceitável que o atendimento seja com finalidades e seus objetos sejam diretos ao cumprimento de suas competências. Tendo em vista, o aumento de risco no processamento das informações, constata que é preciso à proteção de dados/informações seja aplicada em consonância com a legislação, para que haja o impedimento ou amenização dos prejuízos que possivelmente veria a ocorrer com o uso indevido desses dados.

Soto (2020), compreende que ao solicitar dados e informações de algum titular, é necessário que as empresas/organizações, bem como, às instituições em especial às públicas, indiquem a real finalidade da coleta, motivos e como será o uso desses dados e informações independentes de quem seja o titular. Pode-se observar que a inclusão da LGPD, amplia os rumos e adequações para as finalidades no tratamento de dados e informações dentro das instituições públicas no Brasil.

E para as autoras Rosa e Lima (2021), compreendem que mudanças de governos podem promover algumas questões, enquanto suprimem outras. Tendo à relevância em mudanças amplas e de impacto social, que interferem na sociedade e na legislação em modo geral/centralizado.

Na próxima seção, será debatido os procedimentos metodológicos desta pesquisa, com suas análises e métodos aplicados para se alcançar os resultados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao iniciamos os procedimentos metodológicos, destaca-se os métodos do presente trabalho como uma Revisão Integrativa Sistemática, que de acordo com Okoli (2019), entende que é uma revisão na pesquisa de literatura sistemática, visando evidenciar o conhecimento em qual se procura, por meios de métodos sistemáticos para a identificação e solução da pesquisa. Júnior *et al.* (2023), entendem que a revisão integrativa visa buscar minuciosamente a combinação de estudos com diversos métodos, afim de integrar os resultados coletados. Com isto, esta é escolha metodológica para a presente pesquisa, pois, com essa aplicação visa atender os objetivos do artigo em questão.

Na revisão da literatura, Leal Junior e Cordeiro (2022), entende-se que a revisão da literatura existe uma objetivação mais compreensiva nas pesquisas já existente, tendo em vista à temática central deste artigo é “LGPD no contexto das instituições públicas no Brasil”. Com isto, os pesquisadores realizaram uma busca abrangente por artigos que envolvesse à temática em questão. A base/plataforma da pesquisa que está sendo realizada é no Periódico da CAPES/CAFe, que para os autores Carvalho *et al.* (2022), à pesquisa quando realizada se mostra fundamental para a geração do conhecimento, possibilitando a continuidade de estudos da área em qual se pesquisa. O Periódico foi escolhido, pois

possibilita uma maior base de pesquisa de dados e informações da temática da LGPD dentro das instituições públicas no Brasil.

No site do Periódico, consta o comprometimento que a CAPES tem em facilitar o acesso ao conhecimento, promovendo à transparência com colaboração na amplitude do saber. Tendo em vista, o periódico ainda proporciona o desenvolvimento tecnológico com inovação no País, pensando no crescimento das produções científicas nacionais e aprofundando o Brasil nos destaques internacionais em desenvolvimento científico.

Visando exemplificar mais o conteúdo do trabalho, os autores realizaram o preenchimento de uma planilha, com o intuito em captar às informações centrais do trabalho. Logo abaixo, demonstraremos o primeiro quadro com os dados de base da pesquisa.

Quadro 1 – Bases de dados utilizadas na realização das buscas

| BASE DE DADOS PESQUISADA | ENDEREÇO PESQUISADO |
|---|---|
| 1. Portal de Periódicos da Capes – café | http://www.periodicos.capes.gov.br/ |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Além do mais foi realizado às definições do termo de busca, com o propósito em identificar rapidamente os artigos relacionados à temática deste trabalho. Diante disso, foi elaborado no quadro 2 as palavras chaves.

Quadro 2 – Definição dos termos de busca

| Palavras Chaves ao se pesquisar os artigos no Periódico |
|---|
| ((LGPD OR Lei Geral de prote*) OR (gener* lawdat* protecti*)) AND ((institui* public* OR Organiza* public* OR empre* public*) OR (publicinstitut*)) |
| ((LGPD/Lei Geral de Proteção de Dados AND Empresas OR Instituição OR Organização Pública)) |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Às palavras poderiam ser colocadas todas em única vez na plataforma ou individual/separadamente, possibilitando aos autores uma visualização dos artigos sobre a LGPD, dentro/para as instituições, organizações e empresas públicas no Brasil. Além das

palavras chaves utilizadas para a identificação, foi necessário a inclusão de filtros na pesquisa, sendo esses filtros disponibilizados na própria plataforma do Periódico. Diante disso, os meios de inclusão seria que os artigos existentes na plataforma fossem de acesso aberto, com o seu tipo de recurso somente em artigos e revisado por pares, além do mais, foi utilizado um quarto critério, a leitura do resumo dos artigos, para que os autores identificassem semelhanças e possivelmente a inclusão deste artigo na planilha que está sendo elaborada.

Considerando isso, o intuito em elaborar os quadros é fundamental para proporcionar um norte ao aquilo em que se pesquisa. Portanto ao preenchimento da planilha diante dos artigos referidos, que nesta situação são ao total 6 artigos sendo eles 5 em lingua português brasileiro e 1 em lingua estrangeira (inglês), se fará uma análise detalhada das temáticas desses artigos, observando os seus conceitos, métodos, resultados e à influência da LGPD dentro da instituição (caso seja mencionado), em qual o artigo foi realizado.

Logo abaixo será adicionado o quadro 3 com as informações referentes aos artigos estudados nesta pesquisa.

Quadro 3 – Informações dos Artigos adicionados na pesquisa

| Autores | Título | Ano de Publicação |
|--|---|--------------------------|
| Oliveira; Araújo. | O compartilhamento de dados pessoais dos beneficiários do auxílio emergencial à luz da Lei Geral de Proteção de Dados. | 2020 |
| Emmendoerfer; Biz. | Smart tracking: ferramenta de health and safe tourism para a COVID-19. | 2021 |
| Leal Junior; Cordeiro. | Proteção dos dados pessoais: impactos da Nova Lei Geral de Proteção de Dados no Instituto Federal do Tocantins. | 2022 |
| Silva; Araujo; Filgueiras. | Dados abertos: uma análise da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e de sua rede de hospitais universitários federais. | 2022 |
| Carvalho. | O poder público e a proteção de dados pessoais no Brasil: novos desafios, velhas práticas administrativas. | 2023 |
| Ferrão; Carvalho; Canedo; Mota; Costa; | Diagnostic of Data Processing by Brazilian Organizations - A Low Compliance Issue. | 2021 |

| | | |
|------------|--|--|
| Cerqueira. | | |
|------------|--|--|

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao utilizar os filtros na pesquisa no Periódico já demonstrado neste trabalho, os autores se depararam com uma variação de informações relevantes que consta em cada artigo que adentra ao que está se pesquisando. Para facilitar o entendimento dessas informações, os autores inseriram subseções no que condiz ao conceito, com a metodologia, os principais achados no artigo e o tipo de instituição, projetando um melhor entendimento na realização deste artigo.

4.1 Conceito

Os autores Oliveira e Araújo (2020), tiveram a preocupação em entender os desafios de como os dados pessoais e sensíveis são tratados, compartilhados e armazenados pela administração pública, tendo o foco no que foi publicado no site da transparência, referente aos beneficiários do auxílio emergencial, à luz das políticas de proteção de dados, e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018.

Em consonância os autores Emmendoerfer e Biz (2021), retratam que a aplicação da LGPD no contexto da ferramenta Smart Tracking formatada como healthand safe tourism, que se aplica na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, tem foco em abordar esta solução de TIC da startup, foi voltada na inovação com a reestruturação para os destinos turísticos. A LGPD adentra neste artigo, pois os autores verificaram a coligação de capturas de dados e informações pessoais e pertinentes na retomada das atividades turísticas, preservando a integração da gestão pública, com segurança e confiabilidade.

Leal Junior e Cordeiro (2022), em suas hipóteses e conclusões, os autores afirmam que o trabalho realizado tem em vista a gestão de dados pessoais frente a Lei Geral de Proteção de dados – LGPD, com a necessidade em mapear, compreender e conhecer a importância da adequação da nova legislação. Além do mais, almejasse a avaliação da tecnologia da informação em uma determinada instituição de ensino.

Silva, Araujo e Filgueiras (2022), em sua pesquisa na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), junto com a rede de hospitais universitários federais, realizaram um cálculo de levantamento de dados juntos as suas unidades para saber grau de alinhamento da rede Ebserh aos princípios da PNDA. Tal pesquisa visa a qualidade dos dados abertos, e se estes dados estão de acordo com os propósitos e questões relacionadas a Lei Geral de Proteção de Dados com às políticas de governança de dados.

Carvalho (2023), entende que existe um entrave entre às normas constituintes, para uma melhora na eficiência na atuação das políticas públicas. O autor ainda complementa que o uso das velhas práticas na administração pública, faz com que as inovações não se desenvolvam para possibilitar uma transparência constituinte na sociedade. Sendo que, atualmente, as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), condiz que as inovações em diversos aspectos possibilitam uma dimensão ampla, e que, a necessidade de uma transparência e proteção de dados e informações que se encontram na sociedade.

Neste artigo os pesquisadores Ferrão *et al* (2021), realizaram um diagnóstico das organizações brasileiras com relação a LGPD, baseando-se nas percepções dos profissionais de Tecnologia da Informação (TI) que atuassem dentro dessas organizações. O referido diagnóstico possibilitou compreender as diferentes organizações tanto públicas e privadas, visando a possibilidade em mostrar os processamentos com a boa-fé e condutas no que tange a normativa da LGPD.

Nesta primeira sub categoria, observasse que os autores tiveram a preocupação em entender os aspectos da legislação, bem como, os possíveis desafios a ser percorridos com a sua implementação mediante as necessidades das organizações e sociedade adequar-se com rapidez ao cumprimento da lei. Os atores ainda destacam, que o alinhamento da legislação e as condutas pertinentes podem possibilitar o avanço da tecnologia ao se aplicar a lei de forma clara e transparente.

4.2 Metodologia

Oliveira e Araújo (2020), os autores não explicaram de forma detalhada como foram realizados os métodos e etapas da pesquisa. Apenas desmontaram de forma explicativa os seus objetivos, em consonância com os resultados.

Emmendoerfer e Biz (2021), preferiram utilizar o estudo de caso, aderindo a uma pesquisa qualitativa e descritiva, direcionada a coleta de dados na análise documental com o levantamento bibliográfico, no período proposto da pesquisa realizada nos meses de maio a julho de 2020.

Já os autores Leal Junior e Cordeiro (2022), realizam um estudo bibliográfico com a revisão da literatura, no intuito em identificar as produções acadêmicas a respeito ao que os autores pretendiam buscar, visando que fossem ligadas ao setor público na área de ensino. E ao utilizarem as revisões bibliográficas, os autores tiveram a possibilidade em saber a dimensão da temática em qual se estava estudando.

Silva, Araujo e Filgueiras (2022), estes autores preferiram realizaram a pesquisa de forma exploratória e documental, aderindo a uma abordagem quali e quantitativa para assim chegar aos resultados, Carvalho (2023), em sua pesquisa utilizou uma abordagem metodológica, onde se baseia em análises jurídicas de cunho histórico. O autor ainda faz jus a revisão bibliográfica sobre o tema em qual se estava pesquisando. Considerando as informações divulgadas pela imprensa e fazendo o acompanhamento das decisões do STF. Tendo isso, o autor realiza uma construção analítica/crítica sobre às diversas concepções no tratamento de dados e informações pelo poder público.

Renner Ferrão *et al* (2021), não descreveram detalhadamente o tipo de metodologia aplicado em sua pesquisa. Mas mediante aos objetivos proposto, pode-se observar que o artigo teve como base a realização de uma avaliação e estudo da adequação e implementação da LGPD dentro das organizações, coletando informações dos participantes de TI, com o intuito em saber o nível de conformidade da organização conforme a implementação da LGPD.

Pode-se observar que os diferentes autores com às suas propostas e linhas de pesquisa diversas, a escolha da forma metodológica que mais se utilizou-se foi a coleta de dados e a revisão bibliográfica. Reconhece que isso é possível, pois ao olhar os artigos e suas formas de conteúdo, fica claro que às propostas de pesquisa se deu de forma virtual e/ou por questionário, tendo é claro, uma maior facilidade para estes autores visando a possibilidade de coleta de dados e informações de forma mais abrangente.

4.3 Principais achados/Resultados

De acordo com Oliveira e Araújo (2020), a pesquisa realizada teve à ressalva em entender que o legislador (Estado), agiu com conduta indisciplinar em disponibilizar dados e informações sigilosas sem à devida permissão de seus titulares, envolvidos no programa do auxílio emergencial. Visto que, ao se fazer isso, o Estado violou direitos intangíveis da população brasileira, sem conciliar limites no que se pode ou não ser publicado.

Emmendoerfer e Biz (2021), em sua pesquisa destacam que existe à ausência na confiabilidade por parte gestores públicos, podendo ocasionar certas restrições nas realizações das viagens, sendo que apesar da plataforma Smart Tracking ser uma ferramenta para rastreamento, não significa que estas pessoas serão seguidas ou terão seus dados expostos. Os autores ainda destacam, que a participação da gestão pública se torna ponto chave para combater à Covid-19, com isso, a conscientização entre as partes da administração pública e sociedade, é uma estratégia essencial na diminuição dos impactos causados pela Covid-19.

Leal Junior e Cordeiro (2022), ao obterem os resultados da pesquisa, os autores manifestam uma conjuntura de dados existente no instituto de ensino no qual foi realizado a pesquisa, visando às várias formas de tratamentos de dados com a inserção em sistemas sofisticado até ao uso simples formulários. Diante disto, a necessidade em refletir às práticas em um ambiente real para a adequação da legislação em vigor, superando os novos desafios e impasse que venham a ocorrer mediante a LGPD.

Silva, Araujo e Filgueiras (2022), os autores afirma que o grau de alinhamento identificado da Ebserh para os princípios da PNDA é baixo, visto que, além desta porcentagem os pesquisadores reparam que existe uma variedade referente ao grau de alinhamento entre as unidades, tendo em vista algumas se aproximando e outras se distanciando destes princípios.

Carvalho (2023), o autor afirma que no Brasil o tratamento de dados e informações pelo poder público, baseou-se em práticas irrelevantes, onde inicialmente a coleta de dados e informações por instituições públicas, fosse capturado de forma compulsória e sem limites, e que o Estado fosse proprietário desses dados e informações. Em contra partida, foi exposto em xeque que ao realizar essas práticas como operações de armazenamento,

cuidado e proteção de dados e informações, não haveria mecanismos efetivos e prestação de contas à sociedade.

Renner Ferrão *et al* (2021), os autores afirmam que a falta da implementação de proteção de dados, sendo ela por meios de leis ou de mecanismos/sistemas pode acarretar prejuízos e trazer sérios problemas para as organizações, caso haja o vazamento indevido desses dados e informações que se encontram naquele ambiente. Os pesquisadores ainda reafirmam, que existe uma grande falta de bom senso e maturidade ao se observar as opiniões e ações dos respondentes da pesquisa, tendo em vista os seus serviços que garantem a proteção de dados e informações dentro das organizações brasileiras.

O intuito desta sub categoria é verificar às diversas opiniões/conclusões e ressalvas que os autores realizaram em suas pesquisas. Observasse que os autores destacam que em alguns pontos o próprio Estado é responsável pela má gestão no tratamento dos dados e informações, tendo em algumas situações, ações interdisciplinares que podem desenvolver à desconfiança por parte da população. Outro ponto a se destacar, é que à falta de transparência em algumas circunstâncias, isto poderá ocorrer mediante a não participação da gestão pública/governamental no que condiz ao armazenamento, tratamento, exclusão ou publicação de dados e informações de um determinado grupo ou sociedade como um todo.

4.3 Tipo de Instituição/Local

Para Oliveira e Araújo (2020), ao realizarem a pesquisa, mesmo não sendo em um determinado espaço físico, a pesquisa foi desempenhada mediante as apresentações de dados e informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência do governo federal, tal site é de responsabilidade da Controladoria Geral da União (CGU). Lá os autores puderam filtrar as informações pertinentes para a realização de sua pesquisa.

Emmendoerfer e Biz (2021), optaram por fazerem à pesquisa com amplitude, com isto, realizaram na cidade de Florianópolis, situada no Estado de Santa Catarina, no Brasil. À pesquisa teve o intuito em utilizar uma ferramenta de tecnologia para verificar os casos de contaminação da Covid-19, com o objetivo no rastreamento das pessoas infectadas.

Leal Junior e Cordeiro (2022), salientam que a pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Tocantins – IFTO, onde pode-se encontrar uma gama de variedade do assunto com interesse coletivo entre eles, social e acadêmico, visando a disseminação do conhecimento para o público interno e externo do instituto.

Silva, Araujo e Filgueiras (2022), os autores afirmam que todos os dados e informações da pesquisa foram retirados exclusivamente do site portal Gov.br nas páginas da rede Ebserh, em vista que não foram realizadas comparações em outras páginas em site públicos ou privados.

Carvalho (2023), em seu trabalho não traz explicação de alguma instituição ou local onde possa ter realizado a pesquisa. O autor faz menção à busca de informações em sites, e principalmente na página do STF, apurando o que acontece no decorrer de suas decisões no que tange a inclusão da LGPD como normativa constitucional.

Ao verificar o artigo de Renner Ferrão *et al* (2021), foi constatado que os autores realizaram a pesquisa em diversos locais, por meio de questionários enviados a diversas organizações públicas e privadas o Brasil. Com isto, os pesquisadores obtiveram uma gama de resultados plausíveis e ao mesmo tempo alarmantes, pois alguns desses resultados trouxeram um alerta ao se tratar dos responsáveis de TI e suas atuações em conformidade com a LGPD na organização em qual se trabalha.

Ao codificar as informações dos artigos estudados, os autores deste trabalho observaram uma variedade no local ou instituição pública, independente de qual ela seja, para a realização dos demais trabalhos. Foi constatado que, em algumas situações não houve um espaço físico para se fazer a pesquisa/estudo, mas sim, ideias novas que possibilitaram uma amplitude das informações que por consequência uma influência em seus resultados. Sendo observado que o envio de formulários para participantes em outros lugares/Estados possibilitou que algumas dessas pesquisas tivesse uma complexidade em seus resultados. Já às pesquisas que optaram por acessar sites e plataformas não ficaram de fora dessa, o acesso nesses sites/plataformas online, possibilita aos pesquisadores que detenham uma gama de outros artigos com vasto conteúdo para uma reformulação mais concisa e detalhada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o intuito em pesquisar o desenvolvimento de artigos sobre a LGPD no Brasil, com o foco central voltados às empresas, instituições e organizações públicas na sociedade. O objetivo é analisar a temática, a quantidade e o público ou instituição em qual o artigo está direcionado, além do mais observar às possíveis modificações mediante a nova aplicação da legislação.

Observa-se que o Periódico da CAPES (2020), possibilita uma vasta gama de informações a quem vai procurar alguma coisa. Com tudo, vale frisar que ao retratar a LGPD no Brasil, ainda existe um déficit na pesquisa relacionado à esta temática. Os autores mediante obtenção dos resultados da pesquisa, com os artigos relacionados a LGPD que se aplicassem (com os critérios propostos), dentro ou para as instituições, empresas/organizações públicas no Brasil, os pesquisadores ficaram surpresos ao encontrar uma grande limitação em um Periódico que possibilita o avanço da pesquisa e ciência no Brasil.

Tal limitação é encontrada ao analisar todos os artigos, dos quais observou-se que a plataforma do Periódico não faz uma leitura por completa ao inserir às palavras todas juntas, havendo a necessidade de separação por palavras e siglas em algumas ocasiões da pesquisa. Além do mais, outra limitação desta pesquisa se condiz na falta ou baixa adesão na realização dos artigos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil, voltados exclusivamente para às empresas/organizações e instituições públicas. Na plataforma encontrasse uma diversidade de artigos que tratam sobre a LGPD, mas tal variação não é encontrada para as instituições públicas em geral.

Sobre os resultados obtidos, não foi o esperado pelos autores deste trabalho, mas mediante conjuntura dos dados e informações obtidas pelos autores, verificou-se que existe uma variedade em diversos aspectos importantes na prática do conhecimento científico, e como ele se aplica e quais métodos podem ser utilizados para a sua obtenção.

Com conceitos mistos, esses artigos inseridos como dados para esta pesquisa, proporcionou um olhar diferente ao campo da ciência como forma de processo de investigação ao ser lidos e analisados, alguns desses artigos traz uma certa preocupação, pois apresentam resultados negativos ou baixos para o desenvolvimento da legislação que se encontra como lei desde do ano de 2018. Mas em contra partida, observou-se também

que os esforços para que a LGPD seja promovida e entendida de forma simples, mas conceituada, faz com que alguns resultados desses artigos sejam positivo e tragam a adesão da prática de boas condutas não somente aos profissionais que precisam lidar com dados e informações em modo geral, mas que a legislação seja entendida por todos que se encontram na sociedade contemporânea.

Ao se concluir esta pesquisa, observa-se às necessidades em expandir a temática da LGPD para dentro das instituições, empresas ou organizações públicas no Brasil. Destaca-se que ao final deste trabalho com os resultados obtidos, este artigo proporcione um avanço no campo da ciência e que a temática da LGPD seja entendida não como lei punitiva, mas sim, uma lei que veio para mudar como enxergamos a sociedade e o que podemos fazer mediante todos os dados e informações que se encontra neste ambiente.

REFERÊNCIAS

BELTRAMINI, Franciano; GUNTHER, Luiz Eduardo, O “Novo Petróleo” da Sociedade Contemporânea. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 34, p. 258-278, 2021. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/5736/371373716>. Acesso em: 29 set. 2024.

CAIXETA, Vinícius Barros. **Informação e Direito à Privacidade no contexto do Big Data: Uma Revisão Sistemática da Literatura (2012-2022)**. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/168231/1/Mestrado_Vinicius_Barros_Caixeta.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

CAMARGO JÚNIOR, Raimundo Nonato Colares *et al.* Revisão integrativa, sistemática e narrativa-aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/224932>. Acesso em: 23 set. 2024.

CARVALHO, Lucas Borges de. O poder público e a proteção de dados pessoais no Brasil: novos desafios, velhas práticas administrativas. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 282, n. 2, p. 133–162, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/89347>. Acesso em: 29 set. 2024.

CARVALHO, Taynara Franco de *et al.* Formação continuada de professores: um estudo de estado da arte no banco de teses e dissertações da capes. **Revista Formação Docente**, Belo horizonte, v. 14, n. 2, 2022.

COSTA, Selma Frossard. Gestão de pessoas em instituições do terceiro setor: uma reflexão necessária. **Revista Terra & Cultura**: Cadernos de Ensino e Pesquisa, v. 18, n. 35, p. 40-58, 2002. Disponível em: <http://publicacoes.unifil.br/index.php/Revistatest/article/view/2546/2320>. Acesso em: 14 out. 2024.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. v. 1, SRV Editora LTDA, 2024. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621439/>. Acesso em: 26 set. 2024.

EMMENDOERFER, Luana; BIZ, Alexandre Augusto. Smart Tracking: Ferramenta de Health and Safe Tourism para a Covid-19 / Smart Tracking: Health and Safe Tourism Tool to Covid-19. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 13, n. 4, 2021. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/9027>. Acesso em: 14 out. 2024.

FACURI, Hudson Carlos Lobato. **Otimização do fluxo de informações por meio do Design Thinking no setor plataformas e tecnologia da Equatorial Telecom**. 2024. 82 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

FAUSTINO, Thallyson José Lucas; DE SOUZA, Elias Gonçalves. Análise da aplicação da lei geral de proteção de dados (LGPD) no processo de coleta e tratamento de dados pessoais em instituições de ensino. **Revista Científica Doctum Multidisciplinar**, Teófilo Otini, v. 2, n. 13, 2024. Disponível em: <https://revista.doctum.edu.br/index.php/multi/article/view/636>. Acesso em: 23 set. 2024.

FERRÃO, Sâmmara Éllen Renner; CARVALHO, Artur Potiguara; CANEDO, Edna Dias; MOTA, Alana Paula Barbosa; COSTA, Pedro Henrique Teixeira; CERQUEIRA, Anderson Jefferson. Diagnostic of data processing by Brazilian organizations—a low compliance issue. **Information**, v. 12, n. 4, p. 168, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2078-2489/12/4/168>. Acesso em: 23 set. 2024.

LUZ, Gabriel Gomes da; MAIA, Matheus Oliveira; MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. Os mecanismos da lei geral de proteção de dados e seus conceitos aplicados no Brasil. **Revista De Direito Contemporâneo UNIDEP**, Pato Branco, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniddep.edu.br/rdc-u/article/view/203>. Acesso em: 23 set. 2024.

LEAL JUNIOR, Wilmar Borges Leal; CORDEIRO, Suzane Aparecida; DE AQUINO LEAL, Alexis Vinicius. Proteção dos dados pessoais: impactos da Nova Lei Geral de Proteção de Dados no Instituto Federal do Tocantins. **Revista Sítio Novo**, v. 6, n. 4, p. 16-30, 2022.

MARINI, Bruno; COLVARA, Yasmin Zanuncio. Da Vigilância Digital no contexto dos Direitos Humanos e do Direito à privacidade. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 61, p. 46-64, jun. 2024. Disponível em:



<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/813>. Acesso em: 26 set. 2024.

MELO, Suellen Alves de. A LGPD e a atuação de arquivistas e cidadãos em relação à proteção de dados pessoais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, p. 103-120, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/42046>. Acesso em: 26 set. 2024.

OKOLI, Chitu. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução David Wesley Amado Duarte. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-40, 2019. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748>. Acesso em: 26 set. 2024.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; ARAÚJO, Douglas da Silva. O compartilhamento de dados pessoais dos beneficiários do auxílio emergencial à luz da Lei Geral de Proteção de Dados. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5318, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5318>. Acesso em: 24 set. 2024.

OLIVEIRA-COSTA, Mariella Silva de; FERNANDES, Maria Fernanda Marques; VASCONCELOS, Wagner. O recado está dado: a COVID-19 e suas repercussões para a comunicação em saúde nas instituições públicas. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 175-182, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/56983>. Acesso em: 10 out. 2024.

Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): **Quem somos**. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html> acesso em: 17 out. 2024.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas**: introdução. 2021.

SÁ, Edmar; VITAL, Luciane Paula. Mapeamento do fluxo de informações pessoais no cadastro eleitoral do TRE-SC sob a ótica da LGPD. **Em Questão**, v. 30, p. e-133709, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/M6Ctqf69knJhvPXBG5jHtny/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2024.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Xavier, Gabriela Araújo Cavalcanti. Políticas de privacidade da informação: caracterização e avaliação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**. v. 34, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/11870>. Acesso em: 26 set. 2024.

SILVA, Gabriela de Oliveira; ARAUJO, Renata Mendes de; FILGUEIRAS, Fernando. Dados abertos: uma análise da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e de sua rede de hospitais universitários federais. **Revista da CGU**, v. 14, n. 26, 2022.

SILVA, Itapoã Fortunato da. **Proteção de Dados Pessoais: o processo de implementação da LGPD em uma Universidade Pública Federal**. 2021. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Gestão da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41227>. Acesso em: 27 set. 2024.

SOTO, Fabio. LGPD nas empresas de telecomunicações: como montar este quebra-cabeças. **Mobile Time**, São Paulo, 2 set. 2020. Disponível em: <https://www.mobiletime.com.br/artigos/02/09/2020/lgpd-nas-empresas-de-telecomunicacoes-como-montar-este-quebra-cabecas/>. Acesso em 1 out. 2024.

STELZER, Joana. *et al.* A lei geral de proteção de dados pessoais e os desafios para adequação das contratações públicas das instituições de ensino superior federais. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA, 22.; Asunción. **Anais [...]**. Paraguay: UFSC, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/253838/1230126.pdf?sequence=3>. Acesso em: 5 out. 2024.